

# O CORPO DOS CONDENADOS E AS PRISÕES POLÍTICAS NO BRASIL PÓS-1964

## JOSÉ GERARDO VASCONCELOS

Pós-Doutor em História da Educação (2015) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e em Artes Cênicas (2002) pela escola de teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em Sociologia (1997) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Sociologia (1993) pela UFC. Especialista em Filosofia Política (1990) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bacharel em Filosofia Política (1989) pela UECE. Licenciado em Filosofia (1988) pela UECE. Tutor (2010-2015) do Programa de Educação Tutorial (PET) de Pedagogia da UFC. É líder do Grupo de Pesquisa de História e Memória da Educação (NHIME/UFC) e professor titular de Filosofia da UFC.

E-mail: <gerardovasconcelos1964@gmail.com>.

## MARTA MARIA DE ARAÚJO

Pós-Doutora em História das Ideias Contemporâneas (2002) pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Fundamentos da Educação e Didática (1995) pela USP. Mestre em Planejamento (1986) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Pedagogia (1979) pela UFRN. Editora responsável pela *Revista Educação em Questão*. É associada da Sociedade Brasileira de História e Educação (SBHE), da Associação Norte-Nordeste de Histórias de Vida em Formação (ANNHIVIF), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), da Associação Francófona Internacional de Pesquisa Científica em Educação (AFIRSE-Seção Brasil) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estudos Histórico-Educacionais (UFRN-CNPq) e integrante do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa, Formação (Auto)Biografia e Representações (GRIFAR-UFRN-CNPq).

E-mail: <martaujo@uol.com.br>.

## LIA MACHADO FIUZA FIALHO

Professora adjunta do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE), coordenadora de Área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid/Pedagogia) e pesquisadora vinculada ao Núcleo de História e Memória da Educação da Universidade Federal do Ceará (NHIME/UFC) e ao Grupo de Pesquisa Práticas Educativas, Memórias e Oralidades da UECE (PEMO/UECE).

E-mail: <lia\_fialho@yahoo.com.br>.

A prisão é, segundo Foucault (1993, p. 73), o lugar onde o poder não se esconde, no qual é transparente e se manifesta em toda sua intensidade, sendo visível em seu espaçamento e em sua temporalidade: “É o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral”.

Foi também o lugar privilegiado, no período autoritário, para produzir rituais de suplício e sofrimento. A verdade, então, deve ser pensada não como aquilo que é, mas como aquilo que se dá, como *acontecimento*. É o que afirma Foucault (1993, p. 115), acrescentando ainda que “Ela não é encontrada, mas sim suscitada: produção em vez de apofântica. Ela não se dá por mediação de instrumento, mas é provocada por rituais”.

Esses rituais de pânico e terror são elementos da liturgia punitiva e devem obedecer a duas exigências básicas.

Em relação à vítima, ele deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tornar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função ‘purgar’ o crime, não reconcilia; traça em torno, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens, em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados. (FOUCAULT, 1986, p. 35).

Essas mesmas cicatrizes foram lembradas por *José Rubens Sales Bastos*<sup>1</sup>, operário metalúrgico, membro do Par-

<sup>1</sup> Em 1968, integrava o Comitê Regional Marítimo (CRM) do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no Rio de Janeiro. Foi preso em 1974 pelos

tido Comunista do Brasil (PCdoB) no Ceará. Ele descreve-nos os momentos iniciais de sua prisão, bem como o respectivo ritual de tortura a que foi submetido:

Primeiro, tiraram-me do carro e aí me empurraram para dentro de uma sala. Mandaram tirar a roupa e deram início às sessões, gradualmente. A primeira foi misturada: um pouco psicológica, um pouco física. Você nu, levando pancada, batendo com a cabeça na parede e tentando deslocar o seu pescoço; depois foi derramado álcool no corpo todo com ameaças de incendiar. Como eu não tinha muita experiência prática, mas tinha psicológica e estava numa situação indefensável, então a minha reação foi me agarrar com o cara que estava mais próximo de mim; eu não via, pois estava com o capuz, mas era um cara muito alto; então eu pensei rapidamente, ele pode tocar fogo – eu estava com o corpo encharcado de álcool – mas ele também vai pegar fogo; foi a única reação que me veio. Mas isso não se concretizou, isso não era para se concretizar; na prática, era mais psicológica. Na segunda sessão, era um fio elétrico amarrado no dedo da mão e do pé. Esse foi violento, tanto que os dedos ficaram pretos como carvão, tanto o da mão quanto o do pé. Eles iam levantando a gente do chão. Era um choque muito forte. Tinha horas em que eu ficava com o corpo todo se batendo. Nesse momento, eles estavam pedindo contato, pedindo contato; aliás, quase que 90% do interrogatório era baseado nisso. Depois desse daí, passou para a palmatória: pancadas muito fortes nas mãos e nas nádegas. Teve também uma ameaça de introduzir um cacete de borracha no ânus, mas em mim eles não fizeram isso; em alguns dos meus companheiros eles fizeram. Eu me lembro de um companheiro em que fizeram, e ele morreu por

---

Departamentos de Operações Internas e pelos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI). Continua atuando no mesmo partido com inserção no movimento sindical, no qual participou do Sindicato dos Metalúrgicos.

esse motivo. Parece-me que ele tinha um problema de hemorroidas. Daí perdemos a noção do tempo, não sei a que horas foi isso. Lá eram três turnos. De oito em oito horas. Mas você perde totalmente, não sabe se é de noite ou de dia, você está com o capuz, deve ser subterrâneo. Termina com um banho; você veste um macacão, uma bermuda e o capuz, toma um banho num chuveiro muito forte, gelado e com um ventilador potente ligado; e você debaixo do chuveiro, até perder as forças. Depois levam você para uma cela que é tipo uma geladeira. Tem dois tipos de geladeira lá: tem uma com o piso, não sei se é de cal ou supercal. A parede é de cimento preto e o piso é branco: é um cimento, mas não tem pó, só que ele come os pés da gente, por isso tinha que ficar de cócoras o tempo todo, pois se sentasse as nádegas seriam comidas. Tem também uma ventilação com um ar muito gelado. Entra por um buraco em cima e sai por outro em baixo; e da lâmpada sai um microfone, que é o pior que tem. É uma tortura psicológica. Um aparelho eletrônico que emite um ruído muito fino que entra nos tímpanos e o cara fica louco, não há jeito, mesmo colocando as mãos nos ouvidos [...]. Ele é instalado no centro da sala, num buraco pequeno que tem uma tela por onde sai a lâmpada. É saindo da cela para as sessões de tortura, durante 30 dias [...]. Uma vez eu desmaiei numa dessas celas, tinha um ar muito gelado. [...] ouvi um deles gritando que desligasse senão eu viraria picolé, mas eu já tinha perdido os sentidos.

O suplício físico e psíquico revela não só a brutalidade da violência institucionalizada como também a possibilidade de matar o indivíduo muitas vezes pela mediação da tortura. Mata-se física, psicológica e moralmente, tentando destruí-lo por completo, para que não reste nenhuma dúvida de que não somente o corpo foi destruído como também a total possibilidade de reencontrá-lo. Para Chauí (1987, p. 33), essa violência

[...] é a destruição da essência de alguém, no caso, a destruição da humanidade (que define um sujeito) para conseguir a desumanidade de uma coisa. Violência é paradoxal, pois o que o torturador deseja da 'coisa' é que ela atue como 'gente': uma coisa é inerte, passiva e silenciosa, mas o que o torturador deseja da 'coisa' é que ela sofra, grite, confesse, fale.

As punições políticas, na década de 1970 no Brasil, poderiam alcançar vários níveis de brutalidade ou se valer de variadas técnicas para se fazer falar; tem-se, ao mesmo tempo, uma memória coagida e silenciada pela violência física. É nesse caso que se pode estabelecer o limite entre o herói e o anti-herói, entre o revolucionário e o delator, entre o dito e o não dito. A *memória heroica* pode ser transformada em *memória envergonhada*, que se esconde nos escaninhos da história, justificando-se eternamente pelo fato de dizer o que não deveria ter dito, ou ainda gerando o que Reis Filho (1990) denominou de "a utopia do impasse". *Paulo Emílio Aguiar* relembra o momento de chegada à prisão, bem como as primeiras manifestações do terror, cujo objetivo era fazer falar, mesmo que a fala do revolucionário não significasse propriamente um canal para dismantelar as organizações de esquerda. Os atos de fala poderiam ser apenas aquilo que o torturador desejasse.

O Fleury me chamou particularmente na sala dele. Lá vou eu com os policiais. Fui torturado barbaramente. Tentou me esganar, tentou me estrangular, e eu sem saber por quê, já botando a língua de fora, ficando roxo; para eu dizer o nome do parente mais famoso que eu deveria ter. E eu sem entender absolutamente nada. E perguntava: 'Como é o nome do seu parente mais famoso?'. E haja o dedo na minha garganta [...] e a melhor arma que eu encontrei foi identificar um parente fascista que morava em Minas Gerais. Era muito rico, grande proprietário de terra e irmão da minha

mãe. Era adepto fiel e até a morte do Plínio Salgado [...] respondi então: 'O nome mais famoso na minha família é Francisco Leôncio de Andrade'. E ele disse: 'Não, não é isso, não, é de Sobral [...]'. E haja tortura, pancada [...]. Algum tempo depois, eu vim descobrir, num simples noticiário [...] 'Sívio Porto Coelho da Frota'. E aí eu matei a charada. Fui torturado barbaramente bestamente para dizer isso.

Nem sempre a tortura tinha o intuito de obter uma informação política que levasse a pistas de outros militantes de esquerda. Muitas vezes, era o simples ato de obter exatamente aquilo que o torturador imaginava. O militante deveria dizer exatamente o que o seu algoz desejasse, o que revela uma total brutalidade e um total desrespeito para com o ser humano, que naquelas condições encontrava-se totalmente indefeso.

Na cadeia, a relação que se estabelecia entre torturador e torturado era de tal incompatibilidade que poderíamos inclusive falar de uma ética da morte e do ato de punir anterior ao século XVIII, sem a mínima preocupação com a *pessoa* e com os *corpos* dos condenados. Como diria Foucault (1986, p. 20-21), demonstrando essa mudança na nova moral da morte:

Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que então se exerce? A resposta dos teóricos – daqueles que abriram, por volta de 1760, o período que ainda não se encerrou – é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.

Contudo, esse deslocamento ético que passava a proteger o corpo e atuava na alma dos indivíduos parece não

ter sido seguido no Brasil autoritário. A prisão era complementada com as torturas e a saída da cadeia com uma rede de vigilância que impossibilitava a própria sobrevivência do indivíduo. O preso político que cumprisse pena, ao sair da prisão, na condição de ex-presos, encontrava outro tipo de punição imposta simbólica e efetivamente ao indivíduo pelo autoritarismo: começava pela dificuldade econômica, que, além de macular a possibilidade de sobrevivência, atuava do ponto de vista ético no que se refere à dignidade da pessoa, e isso era uma violência cruel.

*Manoel Domingos*<sup>2</sup>, professor de Ciência Política da Universidade Federal do Ceará, foi deputado federal pelo

<sup>2</sup> Na década de 1970, fez parte do movimento estudantil no Ceará e Piauí. Em 1971, com 21 anos, foi preso pela Polícia Federal, pois na época era membro do PCdoB. Conforme seu depoimento, temos sua trajetória: "Eu despertei para a política bem antes de entrar na universidade, através de leituras variadas entre 14 e 16 anos. Até os 17 anos, eu fui adquirindo esse sentimento de protesto contra o que estava sendo oferecido de perspectiva para o povo brasileiro. Então eu fui me revoltando. Estudei no Liceu do Ceará e participei enquanto estudante dos movimentos lá do CLEC [Centro Liceal de Educação e Cultura], que era o nosso grêmio e que era bastante politizado. Em seguida, eu fui expulso, por conta desse movimento do Liceu, e fui estudar na 2ª pátria, em Parnaíba, no Piauí. Lá não havia movimento estudantil de esquerda. Todo aquele ambiente repressivo, que não admitia movimentação estudantil, fez com que eu também fosse expulso de lá. Depois de 15 dias de greve, a diretoria, orientada devidamente pelo governo do estado, expulsou a mim, que era presidente do grêmio lá do Colégio Estadual Lima Ribeiro, em Parnaíba, e então eu voltei para o Ceará e aqui voltei a participar do movimento estudantil. Nesse ínterim, eu fiz o CPOR [Centro de Preparação de Oficiais de Reserva]. Inclusive fazendo o CPOR, eu não deixei a militância política e era visto pelos estudantes como espião, mas o CPOR durou apenas um ano. Eu fiquei na universidade em 1969, na Faculdade de Direito e no Curso de História da Faculdade de Filosofia. Nesse período, a minha integração ao movimento estudantil foi de corpo e alma. Aos 21 anos de idade, em 1971, eu fui preso pela Polícia Federal, onde passei uns 65 dias. Desses 65 dias, a maior parte foi de interrogatórios brutais que me exauriram completamente; ao voltar dos 65 dias, tive uma temporada no pronto-socorro e, ao cabo de 10 dias, eu fui levado para o Hospital Militar. Foi nesse Hospital Militar onde estive um período com a Rosa Fonseca. Eu fiquei quatro meses, daí eu fui para o Presídio Paulo Sarasate. Eu saí da cadeia no fim de dezembro de 1973".

Partido Comunista do Brasil, no âmbito do qual continua militando, rememorando o período, conta-nos o seguinte:

[...] passei 65 dias na Polícia Federal. Desses 65, a maior parte foi de interrogatórios brutais que me exauriram completamente. Ao voltar dos 65 dias, eu fui levado para o Hospital Militar, onde tive um período com a Rosa Fonseca. Eu fiquei quatro meses, daí eu fui para o Presídio Paulo Sarasate. Saí da cadeia no final de dezembro de 1973 [...]. Quando eu saí da prisão, estava expulso da universidade pelo 477 e não podia estudar em lugar nenhum do Brasil. Nem transferência ou outro documento a universidade fornecia. O clima era o mais pavoroso possível, então eu considerava que a melhor alternativa era passar uma temporada fora. Como eu já tinha cumprido pena, não devia mais nada legalmente, eu tentei obter o passaporte, mas a Polícia Federal não forneceu. Na verdade, eu passei poucos dias em Fortaleza. Depois da prisão, eu fiquei numa semiclandestinidade. Inicialmente no Piauí, depois fui para São Paulo. Passei alguns meses lá e finalmente consigo comprar, das mãos de um delegado corrupto da polícia paulista, um passaporte com meu nome e cheguei a Paris no carnaval de 1974.

*José Ferreira de Alencar*, militante na época do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e funcionário da Universidade Federal do Ceará, relata-nos que somente após a morte de Marighella é que tomou consciência da derrota. Foi preso várias vezes desde o período Dutra. No pós-64, numa das últimas prisões, diante do agravamento da saúde, foi-lhe concedida liberdade condicional, mas o que o esperava era uma fase ainda mais cruel: total crise econômica, desempregado e saúde bastante abalada. Relata-nos a saída da prisão.

[...] quando eu chego em casa, parecia que tinha passado um vendaval. Estava tudo quebrado, tudo que-

brado, tudo. Até a mesa de comer estava quebrada. A mesa da sala, da televisão, não tinha mais nada. Rádio quebrado, estante quebrada, tudo quebrado. Fruto de uma série de invasões que me levou os livros que eu tinha e as coisas de casa. Fruto também de uma recessão econômica muito violenta. Não tinha emprego. Eu tinha família para sustentar, quase me mataram de fome. Fui trabalhar numa serraria; eu fui vender porta e azulejo para sobreviver. Depois de muito tempo, comecei a trabalhar e ensinar no Ibesc [Instituto Básico de Estudos Superiores do Ceará] [...]. Nunca me faltou solidariedade. Quando fui para a Suécia [...], o sapato que eu usava era da perna mecânica, porque o outro eu não podia calçar, estava com um ferimento exposto.

Essas lembranças amargas foram marcantes na vida dos militantes de esquerda da década de 1970. Era, na realidade, uma tentativa de continuar punindo, mesmo aqueles que já haviam cumprido pena. Foi montado um esquema de segurança, que muitas empresas, principalmente as multinacionais, exigiam como condição para admissão de funcionários, o que podemos chamar de *atestado de identidade ideológica*. É sabido que a reintegração de qualquer ex-presidiário na sociedade passava pela dimensão simbólica que marca o indivíduo naquelas condições históricas. Não é à toa que Foucault (1993, p. 131-132) denuncia qualquer tentativa de reformar presídios como falida, uma vez que o poder disciplinar construído no interior da prisão, “[...] longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para aprofundá-los ainda mais na criminalidade”.

Essa situação foi muito mais marcante para o ex-preso político, se levarmos em conta a contingência histórica e, principalmente, se não houver por parte da sociedade a clareza da “causa” e a solidariedade para com a pessoa humana. Essa possibilidade transitou pelo Brasil pós-1964,

que levou à dificuldade vários ex-presos no sentido mais elementar: o da sobrevivência.

A recomposição física e psicológica que o preso político sofre pelas torturas o acompanha fora da prisão. Isso poderia ser amenizado com o amparo da comunidade. Em alguns casos, o que foi mais raro – dependendo do período –, o ex-presos se readaptou rapidamente à sociedade, sobretudo no que se refere ao direito ao trabalho. Foi o caso do filho de Carlos Marighella. *Carlinhos Marighella*, ex-presos político, tendo cumprido pena de um ano e oito meses na Bahia, não teve, segundo sua própria versão, problemas de reintegração social: “[...] não houve nenhum problema de readaptação. Hoje, as pessoas se sentem muito mais encorajadas a manifestar sua solidariedade aos presos políticos” (MARIGHELLA, 1978, p. 35).

Carlinhos Marighella fala em 1978. Nesse período, a situação do preso político ou ex-presos já era outra, na medida em que se configurava toda uma rede de solidariedade no âmbito social, que reivindicava liberdade e integridade para o preso. No começo da década de 1970, a situação era completamente diferente. O controle era muito grande, especialmente no caso das empresas conveniadas com estatais. Nessas empresas, os órgãos de segurança, como condição de admissão e permanência de funcionários, só permitiam a contratação daqueles que não representassem perigo para a ordem e a segurança nacional. Isso se verificou com maior intensidade depois do Ato Institucional 5 (AI-5). Várias empresas nacionais e multinacionais instalavam uma divisão de segurança interna que tinha por função selecionar, contratar e demitir os funcionários considerados perigosos.

O que mais assustava nesse emaranhado de perseguição era a forma inumana com que a repressão destruía os direitos do homem. Ora, impedir que uma pessoa trabalhe

e, conseqüentemente, que sobreviva é um ato, no mínimo, cruel. Temos como exemplo o caso do jornalista estagiário Sérgio Sister, ex-presos político, em 1969. Ao receber o livramento condicional em 1971, voltou a procurar trabalho como jornalista e a tentar obter o registro. Em 1975, depois de muitas caminhadas à Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo, Sérgio foi saber por que o seu registro foi negado: “Procurei o delegado e perguntei-lhe: ‘Dr. Vinícius, quem foi condenado uma vez pela Lei de Segurança Nacional perdeu o direito ao trabalho?’. Ele de pronto me respondeu que não. Pois eu perdi, afirmei-lhe”.

Sister entrou com um mandado de segurança contra o parecer, citando o parágrafo 23 do artigo 153 da Constituição Federal então vigente, que garante o direito ao trabalho. Ao que se sabe, de nada adiantou, pois os mecanismos de repressão encontravam várias formas de criar e recriar a lei, ou simplesmente de adiar o julgamento, adormecer as decisões quando estas se referiam aos direitos do homem.

O ex-presos não retorna da mesma forma. Se antes representa perigo e, por isso, na óptica do Estado Militar, foi preso, a pena cumprida não invalida completamente a culpabilidade. Daí por que o poder de Estado não poderia correr o risco de permitir que um ex-presos convivesse normalmente com o corpo político e social. Existia na pessoa desse indivíduo uma espécie de perigo virtual, sempre pronto a retornar à forma do inimigo objetivo de que fala Arendt (1994). Seria necessário que o provável “*inimigo objetivo*” fosse controlado em lugar visível, fora de qualquer contexto que possibilitasse uma ação política mais ampla contra o Estado. A primeira medida seria colocá-lo fora do mundo do trabalho. Essa era a garantia inicial que o poder do Estado teria no sentido de neutralizar qualquer ação política e isolar o “suspeito”. Essa “suspeita” não poderia

ser evitada nem por conduta exemplar. O ex-presos já trazia em si a marca do inimigo, que, mesmo neutralizado, poderia objetivar-se a qualquer momento.

Era, na realidade, a própria capacidade de pensar que representava um grande perigo. Os intelectuais viveram essa situação. Mesmo não sendo ex-presos políticos, por sua capacidade de mobilização, os professores, por exemplo, acabavam representando um perigo para o Estado Militar.

Entretanto, de 1975 em diante, os perseguidos começaram a recuperar os pedaços de humanidade destruídos física e simbolicamente. No primeiro caso, era irreparável, pois a vida não poderia ser devolvida, restando a memória e seus projetos. No segundo, que é a dimensão simbólica, poderia haver alguma compensação no sentido de sua reabilitação perante a sociedade, uma vez que o bandido, muitas vezes condenado a mais de 30 anos, ou com prisão perpétua decretada, retornava como “herói” da resistência e defensor da democracia.

Em alguns casos, a necessidade de conviver entre si acabou consolidando uma *identidade coletiva* dos punidos que já não era estigmatizada, principalmente porque a *sociedade civil* começava a se recuperar, seja pelo enfraquecimento do bloco do poder, seja pelas pressões internacionais de uma nova política norte-americana, que falava em direitos humanos, seja pela própria crise econômica internacional, como foi a do petróleo.

As organizações democráticas começam a se fortalecer, a Igreja sai de uma situação de apoio e passa também a denunciar as atrocidades; a Imprensa fica mais vigilante e começa a divulgar detalhes de torturas; os que tiveram seus direitos destruídos começaram então a recompô-los a partir de uma imensa rede de solidariedade que passava a brotar no interior da sociedade.

Mesmo assim, sendo ex-preso ou aposentado compulsoriamente, o que se verifica é o grande abandono em relação aos direitos individuais e políticos. Eles não resgatam imediatamente a cidadania, até porque só se pode falar em cidadania quando se tem em vista os direitos universais. A cidadania não poderia ser parcial ou fragmentada, pois teria de se firmar na lei e na igualdade de direitos para todos os membros da comunidade política.

Contudo, é essa ausência de direitos que desenvolve, no interior da *sociedade civil*, um movimento que marcha em busca do estado de direito e da cidadania. Pelo fato de o homem ser aberto ao mundo, suas possibilidades são infinitas, seus direitos ilimitados e seus sonhos e utopias intransponíveis. A ação do homem no mundo é um incessante movimento no qual ele se (re)inventa a cada instante e roda num carrossel histórico recheado de “agoras”.

A humanidade, como essencialmente livre, articula entre os indivíduos os seus projetos emancipatórios, que só podem cessar com a morte. O homem recupera os seus símbolos recriados na memória, que, mesmo em disputa, impõem-se coletivamente a partir dos círculos de amizade e da família. Os mortos e desaparecidos foram recuperados no subterrâneo do mundo dos vivos, que, mesmo no desalento, no desengano, no desespero dos prantos familiares, ficaram, teimaram e viveram.

## Referências

ALENCAR, José Ferreira. *Entrevista*. Fortaleza, março de 1996.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BASTOS, José Rubens Sales. *Entrevista*. Fortaleza, abril de 1996.

BRASIL nunca mais: um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1989.

CHAUÍ, Marilena. *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1987.

DOMINGOS, Manuel. *Entrevista*. Fortaleza, maio de 1993.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Recife: Companhia de Pernambuco, 1995.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado; ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. São Paulo: Brasiliense; Salvador: UFBA, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.